

ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: AVANÇOS E LIMITES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM ANGOLA¹

Discente: Efilione Noéz Dias²

Orientador: Lourenço Ocuni Cá³

Resumo: O presente artigo discute os avanços e limites na implementação de políticas educacionais em Angola, buscando compreender o contexto histórico e político do país, bem como o contexto educacional. Analisamos os principais desafios existentes na implementação das políticas educacionais e as estratégias que o Estado angolano tem adotado para o desenvolvimento da educação. Dialogamos com autores como Neto (2005), Nguluve (2006) e Liberato (2014) que nos apresentam um panorama histórico e os desafios da educação em Angola, bem como a concepção de educação de Dewey (2007). Em termos metodológicos, foi realizado um estudo documental baseado em Ludke e André (1986) e revisão da literatura adotada por Creswell (2007) que, o número de salas de aula que era de 17.236 em 2001 cresceu para 53.592 em 2010 e o número de professores de 83.601 efetivos em 2002 para 179.928 em 2010. O número de alunos cresceu de 2.565.542 alunos matriculados em 2001 para 6.168.454 alunos matriculados em 2010. Em 2022, o número de salas de aulas cresceu para 82.714 num total de 10.012 escolas em todo país, assim como se registrou o crescimento do número de professores para 216.000 em 2023, bem como o crescimento de alunos matriculados para 10.000.000 em todo país. Apesar dos esforços do Estado angolano em querer ver a educação melhorada, o mesmo ainda se limita em investir melhor financeiramente para percebermos que isso se concretize, o governo tem disponibilizado um percentual do Orçamento Geral do Estado (OGE) que ronda em média de 6% a 8% do valor, que não vai de acordo com os 20% estabelecido pela SADC. Para um país que após a conquista da independência tinha 85% da população analfabeta e menos de 19 mil salas de aulas, o valor é insuficiente.

Palavras Chaves: Angola; Estado; Políticas Educacionais; Políticas Públicas; Angola.

¹ Parte do presente artigo foi apresentado como trabalho final da disciplina Estado, Educação e Políticas Públicas do Programa de Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), ministrada pela professora doutora Márcia Aparecida Jacomini.

² Graduado em Bacharelado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), graduado em Pedagogia pela mesma universidade e mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

³ Professor titular da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), alocado no Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN)

Introdução

O Estado se configura como instituição de decisões sociais, ou seja, o aparelho que se encarrega das demandas sociais. Para que possamos compreender as políticas educacionais não podemos deixar de compreender o Estado na sua dimensão mais ampla em uma sociedade. É de reconhecer que o Estado tem sido um aparelho dominante na esfera da sociedade de uma forma geral, onde podemos observar a monopolização das instituições ou dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. Entendemos que, Estado, de acordo com Poulantzas (2000) não deve ser visto apenas como um aparelho monolítico, ou seja, para o autor, Estado é um conjunto de instituições de pluralidade que apresenta autonomia relativas entre si, de certa forma é um aparelho que está constituído por diversos poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário, poderes que não se confundem com outros, ou seja, poderes distintos. Hofling (2001) apresenta o mesmo panorama defendido por Poulantzas sobre a constituição do Estado, entende-o como um conjunto de instituições compostas por órgãos legislativos, tribunais, exército entre outras, e que elas não formam um bloco monolítico. Poulantzas (2000) argumenta que mesmo não sendo bloco monolítico, o Estado viabiliza ações do governo.

Considerando que é responsabilidade do governo implementar políticas, entendendo-as como um conjunto de ações para atingir uma finalidade (MULLER, 2002), argumentamos que em Angola é necessário que o governo crie políticas para avaliar a qualidade da educação.

A educação constitui importante aspecto no desenvolvimento social e democrático de uma sociedade e não só, Dewey (2007, p. 20) faz-nos compreender que, a “educação para a democracia requer que a escola se converta em uma instituição que seja, provisoriamente, um lugar de vida para a criança, em que ela seja um membro da sociedade, tenha consciência de seu pertencimento e para a qual contribui”. Nesta senda, é imperioso discutir a educação para a democracia e a compressão dos variados órgãos que a envolve. De toda forma, a educação é gerida por uma determinada política social, ou seja, ela por si só já é uma política social, para isso, nos convém entender as políticas públicas, com intuito de compreender as políticas para educação.

Para Hofling (2002), políticas públicas são programas ou ações governamentais implementadas pelo Estado com o objetivo de atender demandas específicas em uma determinada sociedade. As políticas públicas são pensadas para atender às reivindicações que a sociedade coloca ao Estado. É importante compreender que o Estado não cria políticas públicas porque lhe convém criar, mas de acordo com demandas da sociedade,

o Estado é obrigado a criar políticas para atender as reivindicações. No entanto, para que o Estado crie uma política pública para educação, é necessário que haja uma demanda do setor educacional, o que seriam então políticas para educação ou políticas educacionais?

Entende-se por política educacional, aqui, o conjunto de diretrizes, decisões e ações, sob controle estatal, visando a promover a educação formal, que é aquela obtida nas instituições reconhecidas pela sociedade e, portanto, em condições de oferecer, avaliar e certificar a conclusão de um processo educativo. A política educacional comporta, pois, além de diretrizes, normas, obrigatoriedade em certos níveis, definição e criação de condições de acesso, mecanismos de controle e certificação. Liga-se intimamente à gestão educacional (aqui entendida como o conjunto de meios e processos utilizados para dar materialidade à política educacional), em parte determinando-a e em parte sendo por ela determinada (PIRES, 2005 p. 45).

As políticas educacionais, assim como outras políticas públicas, estrategicamente são traçadas e implementadas pelas instituições estatais, o Estado deve criar condições para que cada política educacional implementada atinja os objetivos desejados. Desta forma, o presente artigo busca analisar os avanços e limites na implementação de políticas educacionais em Angola, buscando compreender as principais questões que afetam a qualidade da educação no país. Não obstante, analisaremos o contexto histórico e político da educação em Angola que se torna um ponto importante a ser destacado, visto que entender a história nos permite compreender o presente e desenhar o futuro, assim como identificar os principais desafios enfrentados na implementação de políticas educacionais no país e a avaliar as estratégias adotadas pelo governo angolano para melhorar a qualidade da educação.

Considerando que a educação é aspecto importante para o desenvolvimento de Angola, é importante compreendermos os avanços e os limites na implementação de políticas educacionais no país e analisar os desafios que se enfrenta quanto às políticas da educação, como forma de contribuir para pensar estratégias mais eficazes para o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da educação, bem como garantir o acesso de todos à educação escolar.

Metodologia

O presente trabalho adota como metodologia a pesquisa qualitativa, que possibilita ao pesquisador diversas formas de investigação e vastas técnicas de aplicação e atuação. No desenrolar do trabalho será feita análise documental, que nas mais diversas formas consiste em coletar, analisar os documentos oficiais, como Constituição da República de Angola (2022), Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino (2020), relatórios, estudos e pesquisas sobre o sistema educacional em Angola. Na visão de Ludke

e André (1986), a análise documental é um tipo de pesquisa que de certa forma pode se constituir em uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, na qual podemos complementar as informações obtidas por outras técnicas, ou mesmo podemos descobrir aspectos novos de um tema ou problema.

Também fizemos uma revisão de literatura na visão de Creswell (2007, p.45), “a revisão de literatura em um estudo de pesquisa tem vários objetivos. Ela compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão proximamente relacionados ao estudo que está sendo relatado,” dessa forma, teremos uma visão mais abrangente e crítica da política educacional angolana.

A política educacional angolana encontra-se regulamentada por meio de um conjunto de documentos que orientam o sistema educacional existente no país desde a conquista da independência em 1975, a constituição da República de Angola garante o direito à educação gratuita e obrigatória para todos, no artigo 79º “o Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei” (ANGOLA, 2022 p. 48). Apesar disso, o governo tem trabalhado para expandir a gratuidade e obrigatoriedade do ensino para outras faixas a fim de melhorar a qualidade de ensino à população do país (ANGOLA, 2022). Com isso, é importante compreender o papel do Estado no processo de formação dos indivíduos na sociedade.

O Estado angolano, de acordo com a constituição da República, é um regime ou uma república presidencialista que se encontra constituído por poderes, ou seja, 3 órgãos principais, nomeadamente o poder executivo, o poder legislativo e o poder jurídico (ANGOLA, 2022). Então, para compreendermos as políticas públicas que envolvem a educação, é necessário que compreendamos a estrutura estatal.

A educação torna-se uma ferramenta de grande importância quando pensamos na formação dos indivíduos dentro da sociedade, para Dewey (2007), a educação tem um papel importante e fundamental na formação de cidadãos críticos que almejam participar ativamente em uma sociedade que se caracteriza como democrática, o autor afirma ainda que a educação não deve ser vista como um meio que simplesmente fornece conhecimentos técnicos e habilidades ao indivíduo para uma força de trabalho no futuro, ou seja, para o autor a educação não pode ser vista como um meio de garantir um bom emprego no futuro, mas sim de criar indivíduos pensantes capazes de resolver ou reivindicar determinados problemas que aflige a sociedade. Dewey sugere-nos pensar que

a educação deve carregar uma experiência ao indivíduo, que com estas experiências ele possa praticar ações que visam a resolução de certos problemas da sociedade.

Com isso, podemos argumentar que na visão de Dewey (2007), a educação é uma ferramenta de suma importância na construção de uma sociedade democrática. Nessa perspectiva, o grande desafio da educação é formar indivíduos que pensam no bem comum. Pensando nisso, observamos um país ou uma sociedade desenvolvida, não pelos bens materiais ou econômicos, mas com cidadãos responsáveis e comprometidos democraticamente em prol do bem comum social.

Contexto histórico e político da Educação em Angola

Analisar ou compreender a política educacional de Angola pressupõe entender o contexto histórico e político do país, para que então, possamos compreender os empecilhos que estão em torno do tema “educação”. Para que possamos compreender esses empecilhos, precisamos regressar um pouco ao passado. Antes da independência seguida, a guerra civil após a conquista da independência, que de certa forma afetou o sistema educacional e o sistema político do país, compreendendo o passado, só assim compreenderemos a situação atual da educação e as políticas existentes no país.

De acordo com Neto (2005), a educação em Angola, esteve durante longos anos sob o cunho do poder colonial que durou mais de 500 anos, e em época colonial era totalmente desigual, ou seja, era voltada simplesmente para atender às necessidades da elite portuguesa. No decurso de muitos anos, a maioria da população do país era privada do acesso à educação porque os portugueses entendiam que os angolanos tinham obrigação simplesmente de cumprir trabalhos forçados e não tinham direito à educação, ao mesmo tempo eram impedidos de falar as suas línguas. Marx e Engels (2011) consideram que a educação é um aspecto prioritário para uma sociedade, então é importante que se olhe para o povo como elemento indispensável no desenvolvimento social, não como uma classe operária ou prestadora de mão de obra barata. Por isso é necessário muni-lo de conhecimentos para que o mesmo possa evoluir como cidadãos pensantes e críticos capazes de lutar para o desenvolvimento. Por isso é imperioso olhar a educação como um direito do cidadão.

A educação escolar não era vista pelos portugueses como prioridade, porque o seu maior interesse era a exploração de mão de obra da população angolana que na época nem tinha remuneração porque estava sob o crivo da opressão e as reivindicações por mais elementares que fossem resultavam em tortura, com consequências na educação

constatada como alto índice de analfabetismo que atingiram uma taxa de 85% após a conquista da independência em 1975 (Ministério da Educação, 2023).

Neto (2005) nos conta que, com a formação de partidos políticos na década de 1950, como MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) em 1956, começaram as lutas contra o poder português a fim da conquista da independência no país, a luta da libertação contou com vários partidos, depois surgiram a formação de partidos como FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) em 1962 e UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) em 1963, os três partidos mais sonantes ou de mais impacto durante a luta de libertação, que se juntaram na luta até 1974 com a derrota do colonialismo português no território angolano, e no ano seguinte (11 de novembro de 1975) se proclamou a independência de Angola no espaço que hoje é chamado de praça da independência. Com a conquista da independência, o governo do MPLA implantou um sistema socialista de governo, e passou a investir na educação e saúde com o objetivo de reconstrução social e econômica do país, olhando principalmente para a alfabetização e na formação profissional em várias áreas técnicas.

Após a conquista da independência, o país enfrentou uma guerra civil, que durou 27 anos (1975 a 2002), isso fragilizou ainda mais o setor educacional, que obrigou o governo a novos desafios na educação, porque com a guerra as infraestruturas escolares existentes na época ficaram destruídas, o governo também enfrentou grandes problemas com falta de professores capacitados para dar sequência na formação dos cidadãos.

Apesar dos desafios que surgiram na época, o governo angolano se propôs a trabalhar para fortalecer o sistema educacional, segundo Neto (2005), com investimentos na formação de profissionais da educação (professores e outros) e a construção de novas infraestruturas escolares, assim como na reabilitação das escolas já existentes no país, o setor educacional passou a caminhar em bom ritmo e constatava-se melhorias.

De acordo com o Ministério da Educação (MED, 2011), após a independência, em 1975, o Estado precisou reformular o sistema educativo que existia no país, um sistema totalmente português fruto da colonização, em 1977 foi concebida a primeira reforma educativa e em 1978 a mesma foi implementada. Em 2001, o país implementou a segunda reforma educativa que dura até a data de hoje, sofrendo alterações em 2016 e em 2020. Com a reforma de 1977 o governo tinha como prioridade o processo de alfabetização da população (ANGOLA, 1977), até 2001 o país tinha menos de 19 mil salas de aulas e menos de 2.21.540 alunos matriculados em todas as fases do ensino, com a política da expansão da rede escolar as coisas foram melhorando.

Expansão das Redes Escolares e matrículas

TABELA 1: Evolução das salas de aulas nos níveis de ensino 2001-2010

Antigo Sistema de Educação			Novo Sistema de Educação						
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nível									
Primário	17.236	25.436	33.950	35.665	37.380	41.343	45.608	46.976	48.386
Iº Ciclo do Ensino Secundário	1.225	1.269	1.421	1.809	2.197	2.796	3.467	3571	3678
IIº Ciclo do Ensino Secundário	551	571	640	814	995	1.194	1.441	1484	1529
Total Geral	19.012	27.276	36.011	38.288	40.572	45.333	50.51	52.031	53.592

TABELA 2: Evolução dos alunos matriculados nos diferentes subsistemas 2001-2010

Antigo o Sistema de Educação				Novo Sistema de Educação						
Níveis	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alfabetização	31 1.373	321.003	404.000	323.470	334.220	366.200	389.637	502.350	517.421	532.943
Iniciação	237.208	278.347	537.378	678.780	895.145	842.361	938.389	711.025	690.375	663.015
Primário	1.472.874	1.733.549	2.492.274	3.022.461	3.119.184	3.370.079	3.558.605	3.851.622	3.967.886	4.189.853
Iº Ciclo Secundário	102.301	1 15.475	164.654	197.735	233.698	270.662	316.664	363.210	406.795	507.125
IIº Ciclo Secundário	89.427	109.762	117.853	159.341	171.862	179.249	194.933	212.347	231.695	253.208
Geral	20.472	24.283	26.030	30.397	34.442	37.676	41 .945	46.698	50.953	55.684
Técnico Profissional.	31.508	53.018	56.833	67.328	74.235	76.363	85.903	96.635	105.440	115.230
Formação profissional	37,447	32.461	34.990	61.616	63.185	65.210	67.085	69,014	75,302	82,294
Ensino Especial	4.357	7.406	10.939	11.710	12.661	14.171	16.213	18.439	20.282	22.310

Total	2.217.540	2.565.542	3.727.098	4.393.497	4.766.770	5.042.722	5.414.441	5.658.993	5834.454	6.168.454
-------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	-----------

Fonte: Ministério da Educação (2011)

De acordo com MED (2011) o número de salas de aula que era de 17.236 em 2001 cresceu para 53.592 em 2010 e conseqüentemente o número de professores cresceu durante o mesmo período de 83.601 efetivos em 2002 para 179.928 em 2010. No que diz respeito ao número de alunos, o crescimento foi de 2.565.542 alunos matriculados em 2001 para 6.168.454 alunos matriculados em 2010.

Já em 2022, o número de salas de aulas cresceu para 82.714 num total de 10.012 escolas em todo país, assim como se registrou o crescimento do número de professores para 220.000, bem como o crescimento de alunos matriculados para 10.000.000 em todo país (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022).

Apesar disso, a educação em Angola ainda enfrenta diversos desafios na melhoria da qualidade de infraestruturas e na qualidade de formação dos cidadãos, onde ainda existem 22% entre crianças e adolescentes fora do sistema de ensino (MED, 2022), apesar da aposta não sendo a que se espera, o governo e as instituições estatais têm se manifestado no sentido de que estão a trabalhar para ver os problemas na educação resolvidos, com investimentos e acompanhamento da educação.

Nos últimos anos, surgiram vários cientistas sociais angolanos que discutiram sobre a situação da educação no país, principalmente no que toca à história da educação, neste sentido, vamos nos focar mais em Nguluve, Neto e Liberato, que no nosso entendimento nos apresentam pontos importantíssimos sobre a educação em Angola.

Nguluve (2006) argumenta que durante a época colonial existia uma restrição grande na educação em Angola para crianças e jovens, porque privilegiava-se os filhos dos colonizadores.

Nguluve (2006) afirma que a escola passou a ser vista como instrumento de dominação colonial quando os angolanos passaram a frequentá-la, porque o modelo de educação existente na época era o modelo português e a religião católica, que de certa forma, trouxe um desenvolvimento segregador e elitista, surgiu a necessidade de lutar para a independência do país. Nguluve também corrobora com Neto, que após a conquista da independência, o governo angolano colocou a educação como um ponto prioritário para a reconstrução do país, buscando assim, expandir a educação e o acesso; democratizar o ensino, criar um novo currículo e novas estruturas escolares, com ênfase

numa educação universalizada, com relevância e mais acessível para toda população do país independentemente das suas localidades. Ao passar dos anos, o país conseguiu alcançar alguns progressos no ensino primário, mas o ensino secundário e o superior ainda careciam de mais atenção e desenvolvimento, porque não alcançava grandes progressos.

Com isso, é visível que a educação em Angola vive uma reconstrução porque o passado de guerra colonial ainda é bem recente, principalmente quando pensamos que o país só alcançou a paz e o calar das armas em 2002. O passado, querendo ou não, tende a refletir no futuro, principalmente quando o passado é muito recente. O importante em tudo isso passa precisamente em olharmos no desenvolvimento, ou seja, é preciso que o Estado e a sociedade tomem como partida a reconstrução do país e o desenvolvimento educacional. A guerra de certa forma causa grandes destruições sociais e econômicas para uma nação.

Desafios na implementação de políticas educacionais em Angola

Ao longo dos anos tem-se verificado o esforço do Estado angolano na implementação de várias políticas para a educação, mas também percebemos que essas implementações têm sido muito desafiadoras, porque ainda ficam muitas questões que precisam ser discutidas, questões que deixam a educação não caminhar no sentido desejado. Liberato (2014) salienta que, apesar da aposta do governo para a educação, ainda há falta de financiamento adequado para as escolas existentes. Pensamos que é preciso investir para desenvolver, não basta simplesmente implementar as políticas, precisamos investir para que essas políticas alcancem os objetivos desejados.

Nguluve (2006) e Liberato (2014), ao longo das suas obras sobre educação em Angola, apresentam vários pontos que precisam ser abordados para o melhoramento da educação em Angola, os autores centram-se muito na falta de infraestruturas escolares, afirmam que ainda há precariedade de infraestruturas em muitas zonas do país, onde percebe-se que ainda existem instalações inadequadas, falta de recursos, em muitas das salas de aulas verifica-se a superlotação e muitas outras necessidades como: a falta de bibliotecas, laboratórios entre outros meios. Os autores ainda apontam dificuldades na formação de professores, ainda existe insuficiência na formação de professores no país, ou seja, o país depara-se com professores com formação muito insuficiente para ocupar certos níveis e os seus salários ainda são muito baixos, embora a questão do salário baixo seja algo que é constatado em vários outros países, Angola precisa melhorar consideravelmente neste setor se esperamos uma educação de qualidade.

Liberato (2014) considera que o currículo tem sido uma dor de cabeça na educação do país, ainda há existência do pensamento da educação portuguesa dentro do currículo angolano e que muitas vezes os conteúdos não estão de acordo com a realidade do estudante, a autora sugere que além de pensar em um currículo totalmente para os angolanos, é preciso atualizar e descentralizar para que possa atender as necessidades dos alunos em todas as localidades do país, percebe-se que as políticas educacionais existentes no país não estão centrados no pensamento social, ou seja, é preciso pensar em políticas educacionais que vão formar alunos ou indivíduos com pensamento crítico, com habilidades sociais, cognitivas e que estejam capacitados para se adaptar e seguir a evolução e mudanças que vão surgindo no mundo.

Hoje tem-se discutido muito sobre o papel da educação na sociedade, podemos afirmar que é muito difícil definir o real papel da educação. Pires (2005) nos apresenta alguns pontos importantes para compreendermos o papel da educação, no entanto, o autor afirma que o conceito de educação pode variar muito, diz também que o processo educativo sofre transformações significativas ao longo do tempo, com o passar do tempo vão surgir novas tecnologias e novas instituições, é neste sentido que Liberato nos propõe a pensar, ou seja, é preciso preparar indivíduos com habilidades e cognição para pensar no desenvolvimento do país. Pires (2005) vai mais além dizendo que a educação depende da visão de mundo e dos valores que são definidos fora do próprio âmbito da educação, neste sentido, compreendendo a visão dos autores, podemos dizer que é preciso educar cidadão não materialistas, ou seja, cidadãos que não pensem em conquistas de bens materiais e riquezas, cidadãos que pensem a educação como uma forma mecanizada, mas sim indivíduos com capacidade de pensar e contribuir socialmente.

Dewey (2007, p. 73), diz que, “assume-se que o objetivo da educação é habilitar os indivíduos a continuar sua educação – ou que o objetivo ou recompensa da aprendizagem é a capacidade de desenvolvimento constante”. Ou seja, para o autor, a educação deve proporcionar um desenvolvimento integral e contínuo do indivíduo, possibilitando-o e prepará-lo para compreender as transformações do mundo ao longo do tempo.

Assim como os pontos já abordados acima, Nguluve (2006) e Liberato (2014) nos chamam atenção sobre a questão do financiamento da educação, não é um assunto que pretendemos aprofundar aqui, mas é um ponto importante quando se trata de qualidade da educação ou no seu desenvolvimento. Então, os autores relatam que o governo tem disponibilizado recursos para a questão das infraestruturas escolares,

formação e contratação de professores, porém, esses recursos ainda são insuficientes para atender a demanda existente na educação do país. Para atender as demandas, o financiamento precisa ser bem distribuído, com o objetivo de garantir o bom funcionamento de todas as escolas, principalmente aquelas que estão localizadas em zonas rurais, porque são essas que acabam por ficar sem recursos.

De acordo com o MED (2015), no acordo da SADC, no contexto dos países africanos a média de investimento para educação é de 20% do Orçamento Geral do Estado (OGE). Mas verifica-se que desde o alcance da independência, Angola tem investido pouco mais de 6% na Educação de 1977 a 2000 o valor não passou dos 7%.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE) E PARA EDUCAÇÃO

Na Governação do Presidente José Eduardo dos Santos

Tabela 3

OGE – GERAL	ANO	PERCENTAGENS PARA EDUCAÇÃO
55,934,148.000,00 Kzs	2000	5,8 %
43,079,386.100,00 kzs	2001	5,06%
247,828,700,2040,00 Kzs	2002	5,19%
358.888.331.816.00 Kzs	2003	6,24%
665.347.988.813,00 Kz	2004	10,47%
4.276.722.161.275,00 Kz	2005	7,14%
2.176.922.260.474,00 Kz	2006	3,82%
2.503.887.060.119,00 Kz	2007	5,61%
2.082.500.000.000,00 Kzs	2008	7,91%
3 176.126.800.001,00 Kzs	2009	7,91%
44.053.729.901.471,00 Kzs	2010	8,1%
4.490.417.663.147.5,00 Kzs	2011	8,18%
4.040.000.000.000,00 Kzs	2012	8,37%
4.570,400,970,300,00 Kzs	2013	8,3%
7.258.384.559.944,00,00 Kzs	2014	6,16%
5.454.022.865.085,00 Kzs	2015	8,9%

6.429287.906.777,00 Kzs	2016	6,6%
-------------------------	------	------

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE) PARA EDUCAÇÃO

Na Governação do Presidente João Manuel Lourenço

Tabela 4

OGE - GERAL	ANO	PERCENTUAL PARA EDUCAÇÃO
7, 390,430,890,701,00 Kzs	2017	6,8%
9.685.550.810.785,00 Kzs	2018	5,78%
11.355.138.688.790,00 Kzs	2019	6%
13,455,300,204,498,00 Kzs	2020	5,30
14,785,200,965,825,00 Kzs	2021	6,9%
18.745.288.200.030,00 Kzs	2022	6,6%
20.104,207, 404, 872,00 kzs	2023	7,7%

Fonte: Ministério das Finanças, 2023

Ministério da Educação, 2011

Nguluve, 2006

Entretanto, a má distribuição dos recursos para educação vem precisamente dos órgãos ou indivíduos que constituem o aparelho do Estado ou governamental, corroboramos com Pires (2005, p.26 apud PLANK 2001, p.181-182) quando afirma que, “em episódios frequentes de corrupção, nos quais autoridades públicas e seus associados exploram órgão e recursos sob seu controle em benefício próprio”. Situações do gênero tem se verificado ao longo dos anos em Angola, onde muitos governantes acabam por explorar os recursos para o benefício próprio, deixando muitos setores que precisam de recursos financeiros excluídos.

É preciso compreender que a educação também é um papel do Estado, e é dever do Estado financiar para que haja desenvolvimento.

A educação deve configurar uma unidade, tanto social como política dentro de seus limites, possibilidades e recursos existentes, em todo Plano de Estado. Na questão social, o interesse demanda em realizar as promessas e os valores a ela contemplados. Na política, justifica-se pelo fato de, nos países federativos, ocorrer um equilíbrio entre unidade nacional e diversidade regional. Nesse sentido, a obrigação, quanto ao financiamento do Estado para a educação pública em todos os níveis e modalidades do ensino, fundamenta-se no fato de que a educação constitui um direito social, universal, consequentemente, dever do Estado (FRANÇA, 2016 p. 189).

Pensar no financiamento e na distribuição de recursos para educação, é pensar na qualidade, no desenvolvimento, pensar na permanência e pensar na sociedade, então é preciso que haja disponibilidade de recursos para que a educação atinja seu ponto esperado na sociedade, investir na educação é investir em indivíduos que pensem num país ou povo, é formar indivíduos sábios e críticos, porque a educação molda o indivíduo no sentido de refletir no bem social do país. Apesar da educação ser um papel do Estado, pensamos que é importante um esforço conjunto que vai desde a sociedade ao governo.

Apesar dos retrocessos na educação em Angola, é possível perceber que houve melhoria na questão do acesso à educação, ou seja, já existe um bom número de alunos frequentando as escolas primárias e secundárias, assim como as universidades, mas ainda precisamos olhar na questão do acesso, financiamento, infraestruturas, qualificação de professores e a questão do currículo.

De acordo com a Lei de Base de Educação Ensino 32/20 (2020), no seu artº 105, destaca que os currículos para a Educação Pré-Escolar, Primária e no Ensino Secundário têm caráter nacional e são de cumprimento obrigatório, Julião (2019), diz que o currículo Angolano é de tradição centralista omnipresente, ou seja, um currículo que está presente em toda parte do país, Julião (2019) vai ainda mais além dizendo que, o mesmo afigura-se de cumprimento obrigatório, teoricamente fundado na lógica da unidade nacional, mas patrocinando uma desintegração e fragmentação dos grupos, sobretudo minoritários, porque ignora a voz e o grito dos indivíduos e dos contextos de sua realização e mormente do cenário de sua configuração. Nesta visão, percebe-se que o currículo angolano não olha pelos saberes locais, ou seja, naquilo que é produzido no interior do país, tendo apenas uma visão de educação universal e nacional. Angola como um país multicultural e plurilinguístico, precisa pensar em um currículo inclusivo, que olhe não só em uma educação central, mas que valorize tudo aquilo que é produzido localmente, tendo a percepção do quanto é importante que cada cultura esteja incluída nos currículos e que haja a introdução das línguas nacionais em cada região que a mesma é falada.

Os desafios da educação sempre vão surgir em todos os momentos, mas é preciso enfrentá-los com a condição de garantir que todos tenham acesso à escola, que haja qualidade no sistema educacional, que por intermédio da educação haja indivíduos capacitados com competências para desenvolver-se, e enfrentar os desafios que o mundo nos propõe a cada dia, principalmente que haja indivíduos com consciência crítica.

Estratégias adotadas pelo Governo angolano para melhorar a qualidade da Educação

Como já apresentado, a educação em Angola ainda vive muitos dilemas, e precisa de políticas que pensem na qualidade da educação do país e não só, é preciso pensar nas estratégias para ver uma educação melhorada.

Em textos legais, o governo angolano apresenta meios estratégicos para melhorar a educação, nas obras dos autores como Neto (2005), Nguluve (2006) e Liberato (2014), apresentam diversas estratégias que o governo angolano vem desenvolvendo ao longo dos anos para melhoria da qualidade da educação no país. Desde o alcance da independência, o governo angolano sempre se preocupou com a expansão e o acesso da educação em todo território nacional. Essa expansão prevê o acesso à educação de todos os cidadãos em todas as localidades do país, mas tem se dito muito das áreas rurais, acredita-se que desde o tempo colonial, as zonas rurais sempre foram as mais prejudicadas quando se trata em educação escolar, neste sentido, o governo tem elaborado estratégias como a construção de mais escolas.

Do ponto de vista do senso comum, o entendimento que se tem sobre a expansão escolar ou da educação, centra-se muito como um dos processos que tem como propósito aumentar ou expandir o acesso à educação, a construção de infraestruturas escolares, nas mais variadas localidades de um país ou uma sociedade. Em contrapartida, existem alguns autores que têm um entendimento mais amplo sobre essa questão, Arroyo (2000) diz que a expansão escolar ou da educação não deve ser confundida simplesmente com o aumento quantitativo de matrículas ou de infraestruturas, mas devemos ver ela no âmbito qualitativo, ou seja, para o autor o aumento quantitativo de número de escolas e matrículas não garante uma educação de qualidade para a sociedade, é preciso expandir de forma qualitativa para garantir uma formação cultural, social e humana diversificada. Neste sentido, a expansão da educação e das redes escolares em Angola devem estar alinhadas com a qualidade de ensino, pensando na diversificação, na cultura e na sociedade.

Nguluve (2006) e Liberato (2014) argumentam que o governo pensa na reformulação do currículo existente no país, ou seja, os autores afirmam que o Estado tem em carteira a atualização dos currículos existente nas escolas do país, com intuito de garantir uma educação que se aproxima das necessidades do cidadão. Com Nilma Gomes (2012) tem surgido várias indagações sobre o currículo, é importante que se pense num currículo que tem como objetivo adequar avaliações nacionais e internacionais, ou

construir propostas criativas que vão dialogar com a realidade sociocultural local, que articule o conhecimento científico e os conhecimentos produzidos pelos sujeitos sociais a partir das suas realidades culturais e históricas. Mas para que isso aconteça, é preciso que todos os cidadãos estejam preparados para contribuir.

Outro ponto que o governo angolano colocou em sua carteira como estratégia para o desenvolvimento da educação no país, é a questão da formação de professores, como tratado mais acima, Angola ainda carece de professores com qualificações necessárias, embora exista alguns com grandes qualificações, uma boa parte ainda precisa mais de qualificações. Nguluve (2006) salienta que o governo tem investido na formação de professores a fim de garantir que os mesmos tenham qualificações e habilidades necessárias com intuito de garantir uma educação de qualidade no país. É quase indiscutível que a formação de professores em uma sociedade é um ponto crucial quando se pensa no desenvolvimento do mesmo. Acreditamos que a qualidade da educação centra-se muito na qualidade do tipo de ensino que os professores oferecem aos alunos. Acreditamos que uma boa preparação, uma formação adequada aos professores proporciona a eles uma preparação para atender os desafios que se encontram em sala de aula, com uma boa formação, os professores estão capacitados e demonstram habilidades necessárias que vão lhes garantir ensinamentos com sucesso dentro e fora das salas de aulas. O país ainda luta pela formação de qualidade dos professores, mas ainda assim tem um grande déficit de professores, de acordo com a DW (2023) o SINPROF alegou que o reduzido número de professores, calculado em 216.000 agentes, precisa ser incrementada em mais 76.000, para se diminuir o rácio professor-aluno e fato de em muitas escolas do país se continuar a ter professores que lecionam cumulativamente mais do que uma aula.

Quintas (2019, p.34) *et al* afirmam que após a conquista da independência, Angola, “num contexto de mudança de regime político, os professores assumem um papel fundamental não só como agentes educativos e culturais de mudança, mas também como autores do futuro”. Com isso, a necessidade de investir na formação de professores tanto inicial como contínua, para garantir um futuro próspero no que tange à qualidade da educação.

A construção de novos edifícios escolares também é vista como uma estratégia do governo na questão da melhoria educacional, como já discutido, a melhoria da educação também passa por garantir infraestruturas escolares adequadas para população, não com intuito de garantir apenas acesso, mas para garantir que os alunos que forem

matriculados nessas escolas possam estar bem, possam desfrutar de um ambiente sadio e confortável.

De acordo com a DW (2023), o Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF) afirmou que o país possui atualmente um total de 103.599 salas de aulas, num total de 13.238 escolas, onde 61% são públicas, 33% público/privado e 6% privadas, o mesmo sindicato ainda afirmou que o Estado angolano precisa construir o dobro das escolas existentes no país.

As estratégias adotadas pelo governo para ver a educação melhorada, passa precisamente na implementação de políticas adequadas que possibilitam atender às demandas existentes, para isso, o Estado deve elaborar boas políticas educacionais que visam atender todas as necessidades. Afinal, não basta pensar em melhorias, é preciso que se pense em como executar aquilo que se planeja.

Em qualquer sociedade que se pensa em um desenvolvimento, precisa criar medidas a curto e longo prazo, como salientado anteriormente, é possível perceber que o governo angolano tem perspectivas promissoras para o melhoramento da educação, mas também se percebe que ainda existe uma grande luta para que possamos ver essas melhorias. Os desafios como: a garantia do financiamento para a melhoria e expansão da rede escolar; capacitação e formação dos professores; construção de novas infraestruturas escolares, assim como a inclusão e equidade passam precisamente por um engajamento do Estado para ver isso realizado. Uma sociedade com acesso à educação de qualidade para todos, é uma sociedade que pode se esperar desenvolvida, não um desenvolvimento mecanizado, mas sim uma sociedade competente e sábia.

Considerações Finais

A educação se destaca como importante para o desenvolvimento social, econômico e cultural de Angola, os desafios e os avanços que o governo angolano tem enfrentado para implementação de políticas adequadas e eficazes para educação, ainda precisam ser pensadas, perceber o que tem falhado e o que se pode fazer como estratégias para garantir a melhoria esperada. O financiamento no setor ainda deixa a desejar, se queremos uma educação de qualidade, precisamos pensar em recurso que possibilitem a formação de professores, recursos para a melhoria de infraestruturas escolares, pensar em um desenvolvimento da educação cultural, onde a sociedade é participativa e pensar na inclusão de todos.

A educação em Angola precisa ser mais democrática, reformulando os currículos, pensando em uma educação local que vai atender às necessidades da sociedade angolana, porque o que se verifica é um currículo que pensa simplesmente nas ideias internacionais, sem pensar na realidade local. Então é preciso que se crie políticas locais porque a sociedade precisa estar pronta primeiramente para atender às exigências locais e depois atender ou compreender as exigências internacionais.

Diante disso, destacamos que o que tem falhado na implementação de políticas para educação é a falta de recursos financeiros adequados para atender às demandas que surgem, é importante investir em recursos financeiros e humanos, buscar melhorar o número de infraestruturas, tanto as existentes e as que precisam ser construídas, bem como investir na formação de professores que se quer atuando nas escolas do país. Não é possível ter uma educação de qualidade, sem ter um investimento adequado, qualidade da educação é sinônimo de implementação de políticas adequadas e investimento que supre todas as demandas que a mesma política requer.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Constituição da República de Angola: Edição especial atualizada.** Luanda, 2022. Disponível em: <https://www.angola.or.jp/pt/2022/02/08/constituicao-da-republica-de-angola-edicao-especial-2022/>. Acessado em: 27 de maio.2023

ARROYO, Miguel. **Educação e Exclusão: Abordagens Socioantropológicas em Educação.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos: qualitativo, quantitativo e misto** https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf. Acessado em: 10 de jun.2023

DEUTSCHE WELLE (Alemanha). Número de alunos fora da escola continua a crescer em Angola. **Deutsche Welle (DW)**, Luanda, p. 1-30, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/n%C3%BAmero-de-alunos-fora-da-escola-continua-a-crescer-em-angola/a-66686969>. Acesso em: 2 nov. 2023.

DEWEY, John. **Democracia e educação: capítulos essenciais.** São Paulo: Ática, 2007.
FRANÇA, Magna. **Financiamento da Educação? Limites e Avanços do Plano Nacional de Educação (2014-2024).** Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4999>. Acesso em: 06 de jun.2023.

GOVERNO ANGOLANO (Luanda). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A História: A herança Colonial. In: **A História: Herança Colonial.** Luanda, 2023. Disponível em: <https://med.gov.ao/ao/a->

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das Políticas Públicas*. Pelotas: Educat, 2002.

NETO, Manuel. **História e educação em Angola**: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). 2005. 274 p. Tese (Doutorado) - Estudante, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/362636>. Acesso em: 29 de mai. 2023.

NILMA, Lino Gomes. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 07 de jun.2023.

NGULUVE, Alberto Capitango. **POLÍTICA EDUCACIONAL ANGOLANA (1976 - 2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16492452-Politica-educacional-angolana-1976-2005-organizacao-desenvolvimento-e-perspectivas.html>. Acessado em: 20 de mai.2023

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação**: Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005. 143 p. ISBN 85-249-1157-5.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

QUINTAS, Joana; Et al. A Formação de Professores em Angola: reflexões pós-coloniais. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/42032/29144>. Acesso em: 07 de jun.2023.